

Xavantes criticam bancada federal de Mato Grosso
 Índios da área Suiá Missú denunciam que políticos estiveram em seu território durante campanha eleitoral pedindo votos. Nesta página



Índios denunciam parlamentares

XAVANTES CRITICAM PEDIDO DE SUSPENSÃO DA DEMARCAÇÃO DE ÁREAS INDÍGENAS

CRISTINA ÁVILA
 Reportagem local

Os Xavantes da Área Indígena Suiá Missú, localizada no município de Alto da Boa Vista, denunciaram ontem que a bancada federal mato-grossense, com exceção dos deputados Gilney Viana (PT) e Rogério Silva (PPR), pediu ao ministro da Justiça Nelson Jobim a suspensão da demarcação de suas terras imemoriais. O índio Bartolomeu Patira, professor da aldeia Sangradouro, declarou que os senadores Jonas Pinheiro e Júlio Campos, ambos do PFL, incentivaram, em 1992, a entrada de aproximadamente 200 famílias de posseiros em sua área, na tentativa de "dominação política do Vale do Araguaia".

Os índios estiveram ontem no gabinete da deputada Serys Slhessarenko (PT), acompanhados pelo deputado Gilney Viana e pelo coordenador de Assuntos Indígenas (órgão ligado à Casa Civil), Ademir Gudrin.

O cacique da aldeia Sangradouro, Alexandre Tsereptsé, denunciou que os políticos estiveram em seu território durante a campanha eleitoral, pedindo votos, e exigiu respeito: "Essa assinatura é crime" - ressaltou, referindo-se ao documento encaminhado pelos parlamentares a Nelson Jobim. "Essas pessoas são bem conhecidas dos índios, querem nos pregar como se prega um pau. Vocês são deputados e nós temos direito também. Tem que respeitar", acentuou. Bartolomeu Patira disse que há risco de conflito entre índios e posseiros.

O pedido para suspensão da demarcação foi encaminhado ao ministro da Justiça Nelson Jobim, no dia 18 de fevereiro, assinado pelos deputados Wellington Fagundes, Teté Bezerra, Augustinho de Freitas, Roberto França, Antônio Joaquim, Rodrigues Palma e pelos senadores Carlos Bezerra, Jonas Pinheiro e Júlio Campos.

No dia 21 o ministro acatou o pedido, mas acabou voltando atrás. A proposta dos deputados e senadores é formar uma comissão composta de parlamentares e autoridades da região onde localiza-se o território indígena para examinar a situação in loco.

Para o deputado Gilney Viana, a



Os índios estiveram ontem com os deputados Gilney Viana e Serys

formação dessa comissão é inoportuna, pois não há o que discutir. "É território imemorial dos Xavante", argumentou. Ele salientou que essa comissão somente teria fundamento se fosse para discutir a situação dos posseiros. A deputada Serys Slhessarenko comentou que os posseiros precisam ser assentados em terras destinadas à reforma agrária.

O deputado Gilney Viana revelou que a decisão de encaminhar o pedido ao ministro Nelson Jobim foi feita pelo senador Carlos Bezerra, em uma reunião com a bancada federal e Dante de Oliveira em Brasília. O deputado petista, no entanto, poupa o governador da responsabilidade pela iniciativa. "Dante garantiu que vai apoiar a demarcação", declarou.

O coordenador de Assuntos Indígenas comentou que a empresa Plan-tel está encarregada pela demarcação da Área Suiá Missú, paga pelo Prodeagro. "A demarcação das terras indígenas é condicionadamente para o financiamento de outras ações do Prodeagro pelo Banco Mundial", lembrou ele.

A Procuradoria da República em Mato Grosso vai impetrar hoje uma ação civil pública para a desocupação da Área Suiá-Missú, encaminhada pelos procuradores Roberto Cavalcanti e Moacir Mendes Souza. Cavalcanti disse que já existe desde 1992 no Tribunal Regional Federal, em Brasília, uma ação para investigação a respeito da responsabilidade pela invasão das terras indígenas. O procurador comentou que próximo à área dos Xavante existem terras disponíveis que poderiam ser aproveitadas para assentamento de posseiros. Segundo ele, o assentamento organizado favorecerá a produção, inclusive com acompanhamento da Empresa.

Procuradoria entra com ação pública para desocupação de área